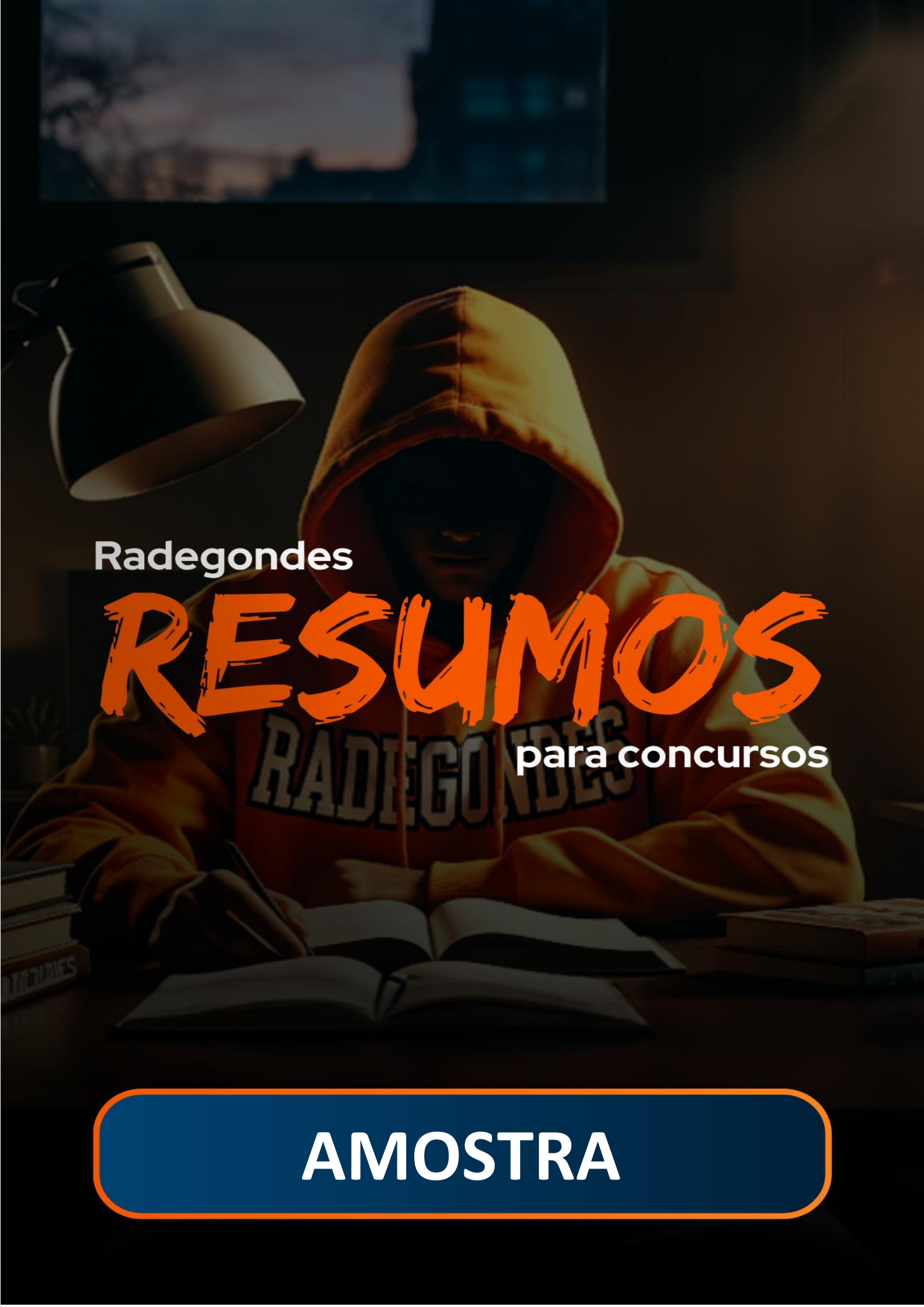


A person wearing a yellow hoodie with the word 'RADEGONDES' printed on the front is sitting at a desk. They are writing in an open book with a pen. A desk lamp is positioned to the left, casting light on the desk. Several books are stacked on the desk. The background is dark and out of focus.

Radegondes

RESUMOS

para concursos

AMOSTRA

SUMÁRIO

COMO OS MATERIAIS RADEGONDES SÃO ELABORADOS?	2
PORTUGUÊS	3
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	4
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	5
DIREITO ADMINISTRATIVO	6
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	7
CONTABILIDADE GERAL.....	8
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	9
AUDITORIA INDEPENDENTE	10
MATEMÁTICA FINANCEIRA	11
DIREITO CIVIL.....	12
DIREITO PENAL	13
DIREITO EMPRESARIAL.....	14
CONTABILIDADE AVANÇADA.....	15
CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	16
ESTATÍSTICA.....	17
ECONOMIA	18
AUDITORIA FISCAL.....	19
MATEMÁTICA	20
INFORMÁTICA	21
DIREITO PROCESSUAL PENAL	22
LEIS PENAS ESPECIAIS.....	23
DIREITOS HUMANOS	24
CRIMINOLOGIA.....	25
ARQUIVOLOGIA	26
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	27
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)	28
OUTRAS DISCIPLINAS	29

COMO OS MATERIAIS RADEGONDES SÃO ELABORADOS?

A maioria dos materiais para concursos é construída a partir da teoria. Os Resumos Radegondes fazem o caminho inverso. Nossa metodologia começa com uma análise do histórico de cobrança das principais bancas examinadoras. A partir das questões aplicadas em concursos anteriores, identificamos os assuntos com maior incidência e organizamos o conteúdo de forma didática, lógica e objetiva.

O resultado é um material que já nasce direcionado para aquilo que realmente costuma ser cobrado em prova, sem excesso de teoria ou informações que raramente são exigidas.

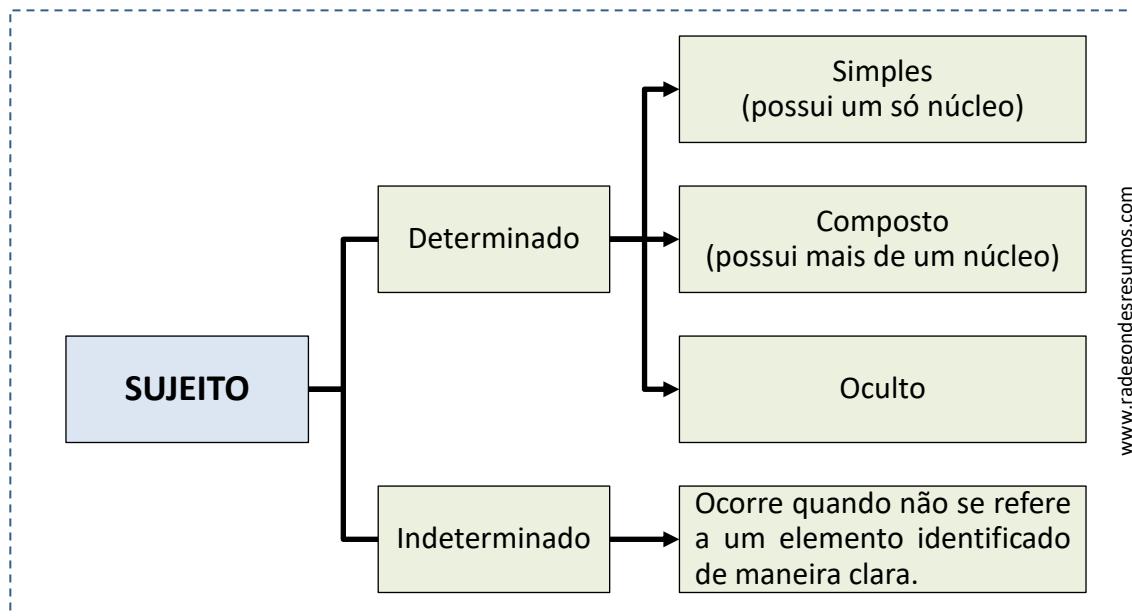
Além da teoria, nosso material apresenta exemplos práticos, mapas mentais e links para cadernos de questões do TEC Concursos, permitindo que o aluno consolide o aprendizado por meio da resolução de questões.

É justamente esse cuidado que torna a metodologia Radegondes única e já validada por centenas de aprovados em diferentes concursos.

Estude certo. Estude de forma direcionada.

PORTUGUÊS

O sujeito é o elemento sobre o qual a frase informa alguma coisa. Ele pode ser: Determinado ou Indeterminado.



ATENÇÃO!

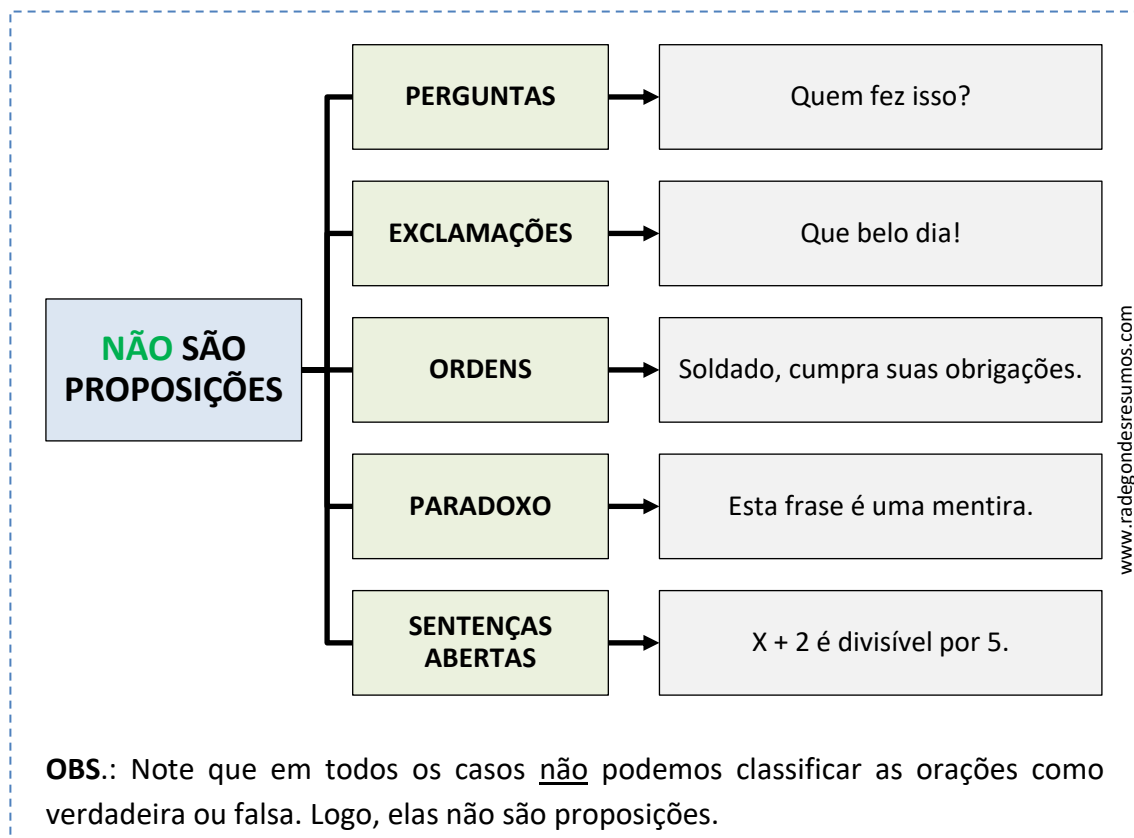
O primeiro passo fundamental é identificar o verbo da oração. O segundo passo é identificar o sujeito. Para identificarmos o sujeito, perguntamos ao verbo "quem é que...?" ou "o que é que...?". Isso é essencial porque, ao conhecer o sujeito, fica mais fácil entender a estrutura da frase e suas relações. Se esses passos não forem respeitados, há um grande risco de cometer erros na análise como um todo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Proposição lógica **é uma oração declarativa que admite um valor lógico** (verdadeiro ou falso).

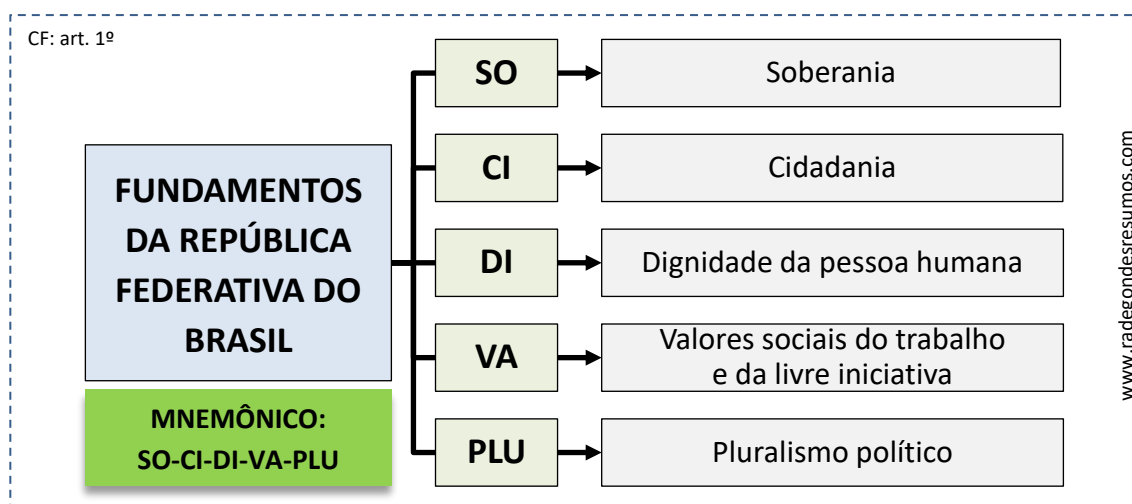
Exemplo: André é médico.

A frase acima é uma oração (possui um verbo) declarativa (apresenta uma informação) que pode ser classificada como “verdadeira” ou “falsa”. Logo, é uma proposição lógica!



DIREITO CONSTITUCIONAL

O art. 1º da Constituição Federal (CF) trata dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Veja:



OBSERVAÇÕES

01

Os Territórios Federais não são entes federados, mas sim autarquias territoriais. Eles integram a administração indireta da União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em Lei Complementar (art. 18, § 2º).

02

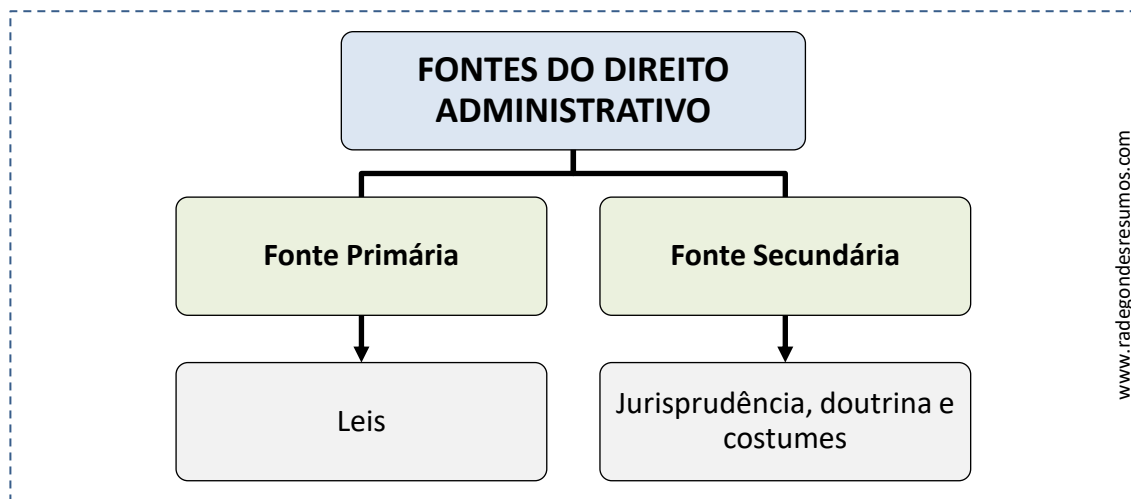
Por ser uma federação, o pacto da República Federativa do Brasil é indissolúvel, ou seja, não é permitido o direito de secessão (separação) de qualquer unidade federada.

03

O art. 1º nos revela a forma de governo (república) e a forma de estado (federação).

DIREITO ADMINISTRATIVO

As fontes do direito administrativo indicam de onde vêm as regras que orientam o comportamento da Administração e regulam sua relação com os administrados (particulares).



QUESTÃO-EXEMPLO

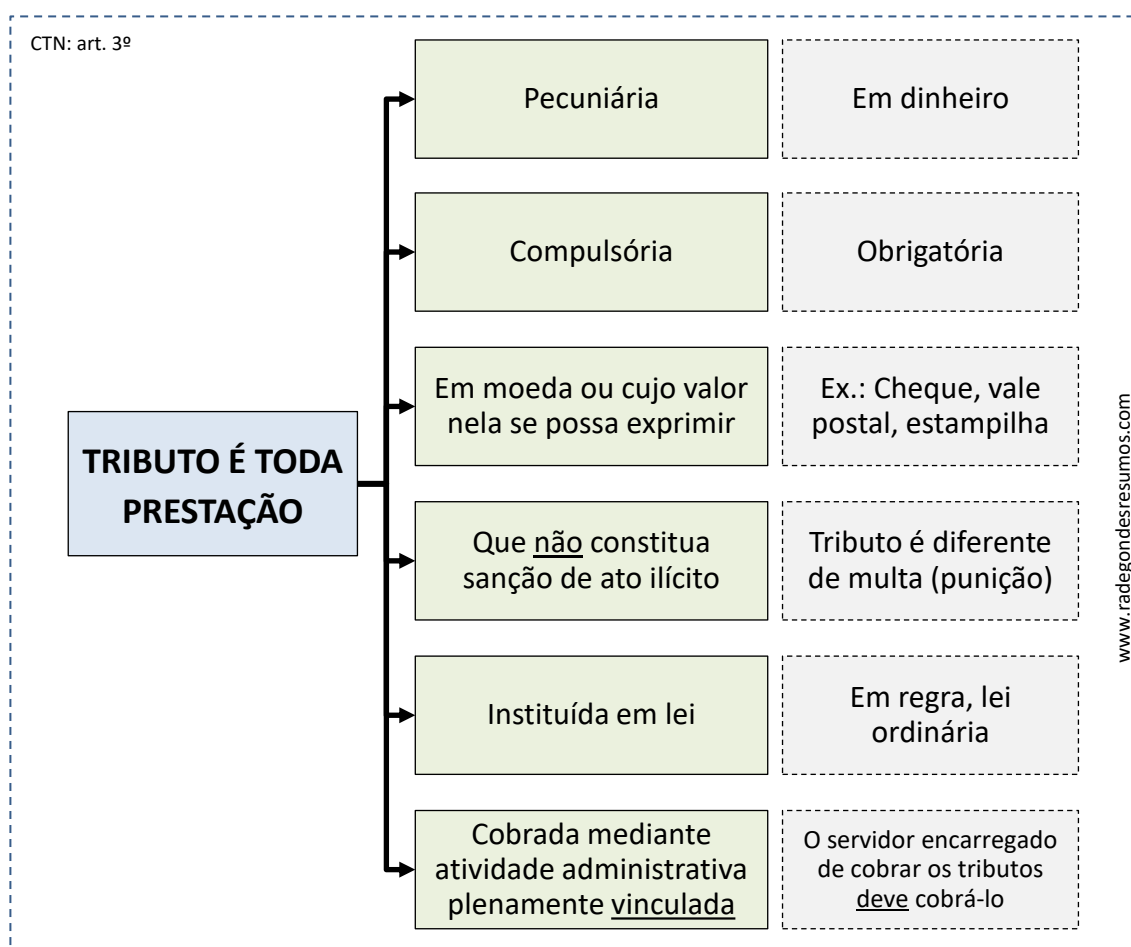
(QUESTÃO) A jurisprudência como fonte do direito administrativo deve ser, em geral, entendida como um conjunto de decisões judiciais em sentido convergente e, no caso de mudança de entendimento, em geral, não deve se aplicar a situações consolidadas. **(CERTO)**

QUESTÃO-PEGADINHA

(QUESTÃO) Conforme a doutrina majoritária, os costumes não são fonte do direito administrativo brasileiro. **(ERRADO)**

DIREITO TRIBUTÁRIO

Conforme o artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.



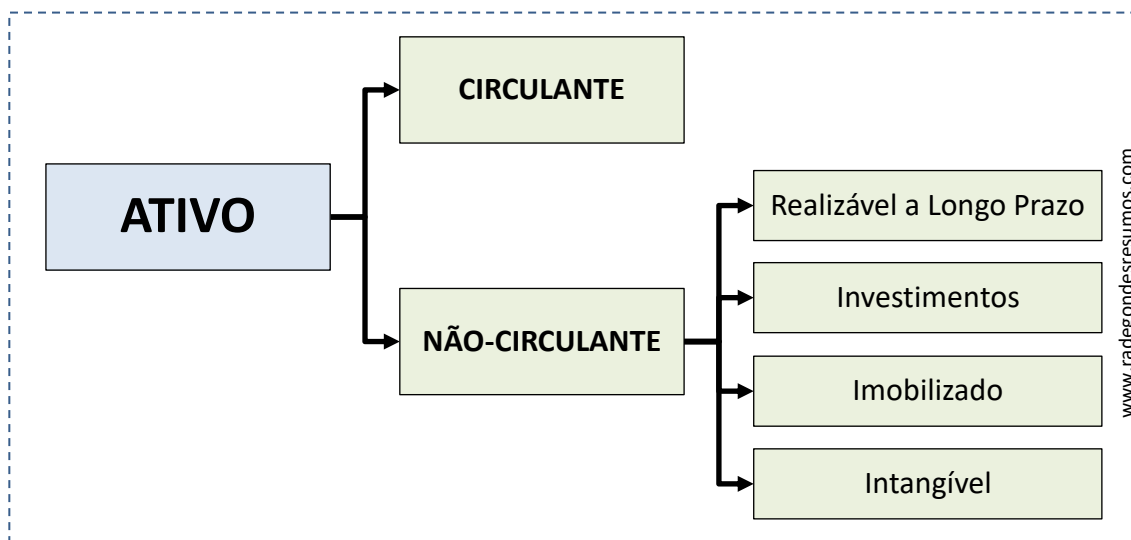
ATENÇÃO!

O pagamento do tributo deve ser feito em dinheiro, ou seja, não se pode pagá-lo por meio de bens (in natura) ou serviços (in labore). Contudo, existe uma exceção, o CTN permite pagar o tributo com um imóvel, na forma da lei (art. 156, XI → *Extinguem o crédito tributário a Dação em pagamento em Bens Imóveis*).

CONTABILIDADE GERAL

Ativo Não Circulante (ANC) **são os direitos realizáveis após o curso do exercício social subsequente**. Nos termos do art. 179 da lei nº 6.404/76, incisos II a VI, o Ativo Não Circulante compreende:

- ⇒ Ativo realizável a longo prazo (ARLP);
- ⇒ Investimentos;
- ⇒ Imobilizado; e
- ⇒ Intangível.



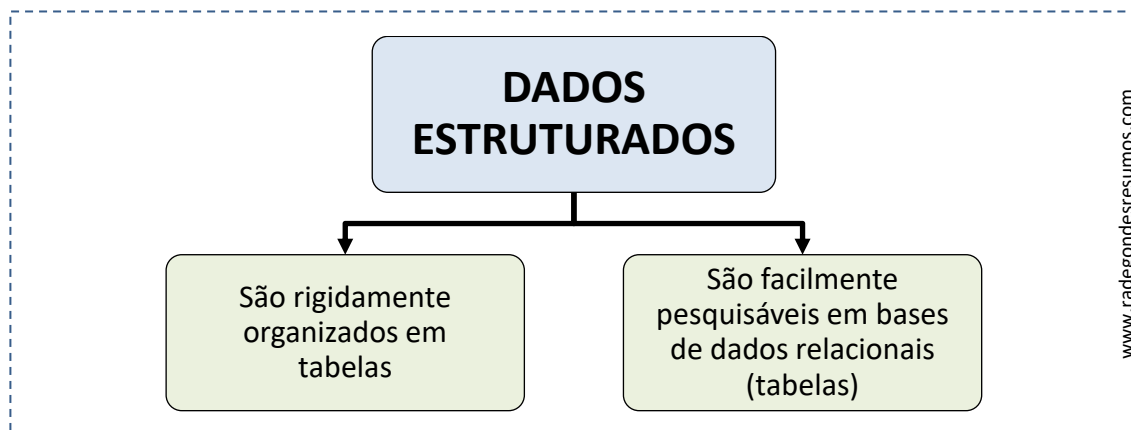
QUESTÃO-PEGADINHA

(QUESTÃO) O ativo não circulante compreende o ativo realizável a longo prazo, os investimentos permanentes, o imobilizado, o intangível ~~e as ações em tesouraria~~. **(ERRADO)**

COMENTÁRIO: As ações em tesouraria são contas retificadoras do Patrimônio Líquido.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Dados estruturados **são rigidamente organizados em tabelas** (linhas e colunas). São formatados de forma que seja facilmente pesquisável em bases de dados relacionais. Exemplos: NOME, CPF, ENDEREÇO, TELEFONE, SEXO, IDADE, DATA, CEP.



EXEMPLO DE DADOS ESTRUTURADOS

NOME	CPF	ENDEREÇO	TELEFONE
Marcela Souza	111.111.111-11	Rua A, nº 01	2157-2823
José Augusto	222.222.222-22	Rua B, nº 02	3157-2824
Pablo Santos	333.333.333-33	Rua C, nº 03	4157-2825
Juliana Medeiros	444.444.444-44	Rua D, nº 04	5157-2826

AUDITORIA INDEPENDENTE

A Auditoria Independente é o processo de avaliação e verificação das demonstrações contábeis de uma entidade, com o objetivo de fornecer uma opinião sobre a sua confiabilidade, exatidão e conformidade com as normas contábeis e regulamentações aplicáveis.

EXEMPLO: Um exemplo de auditoria independente envolve uma empresa (firma) de auditoria contratada pela empresa “ABC” (cliente) para revisar suas demonstrações contábeis e emitir um relatório de auditoria com o objetivo de fornecer aos usuários das demonstrações contábeis uma avaliação independente (imparcial).



O auditor independente (funcionário da firma de auditoria), também conhecido como auditor externo, irá realizar uma série de procedimentos de auditoria, por exemplo:

- ✓ Análise de documentos;
- ✓ Inspeção física de ativos;
- ✓ Confirmação de saldos;
- ✓ Revisão de registros contábeis, entre outros.

Após realizar todos os procedimentos necessários, o auditor emitirá um relatório de auditoria, que expressa uma opinião sobre se as demonstrações contábeis da empresa ABC (empresa auditada) estão livres de distorções relevantes e em conformidade com as normas aplicáveis.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

No regime de juros simples, o juro final é igual ao capital inicial “C” multiplicado pela taxa “i” e pelo prazo “t”.

$$J = C \times i \times t$$

QUESTÃO-EXEMPLO

(QUESTÃO) Luiza tinha uma conta para pagar de R\$ 1.000, que vencia no dia 05 de setembro de 2023. Ela só pagou no dia 15 de setembro de 2023. Se os juros de mora (juros simples) são de 15% ao mês, Luiza pagou:

- a) R\$ 1.036 b) R\$ 1.040 c) R\$ 1.050 d) R\$ 1.060 e) R\$ 1.064

COMENTÁRIO: A questão quer saber quanto a Luiza pagou (R\$ 1.000 + juros). Então vamos listar o que a questão nos forneceu:

- ✓ C = 1000 (Luiza tinha uma conta para pagar de R\$ 1.000)
- ✓ i = 15% ao mês (isso equivale a 0,5% ao dia)
- ✓ t = 10 dias (do dia 06 de setembro até o dia 15 de setembro)
- ✓ J = ?

Na sequência, escrevemos a fórmula dos Juros Simples. Aqui, cabe salientarmos que a taxa (i) e o prazo (t) devem sempre estar na mesma unidade (dias, meses, ano).

- ✓ $J = C \times i \times t$
- ✓ $J = 1000 \times 0,5\% \times 10$
- ✓ $J = 1000 \times 0,005 \times 10$
- ✓ $J = 5 \times 10$
- ✓ $J = 50$

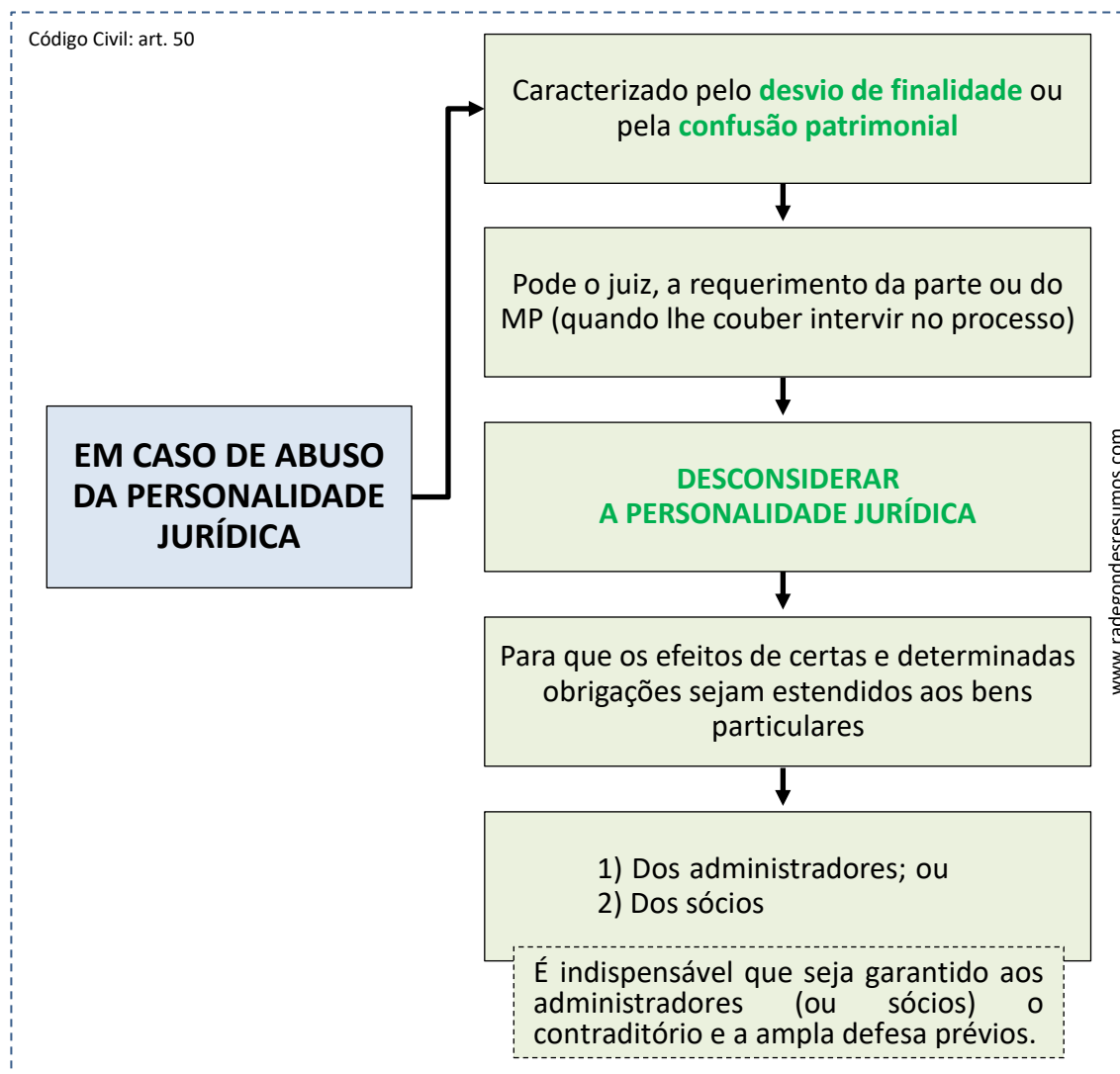
OBS.: $0,5\% = 0,5/100 = 0,005$

Portanto, Luiza pagou R\$ 1.050.

GABARITO: C

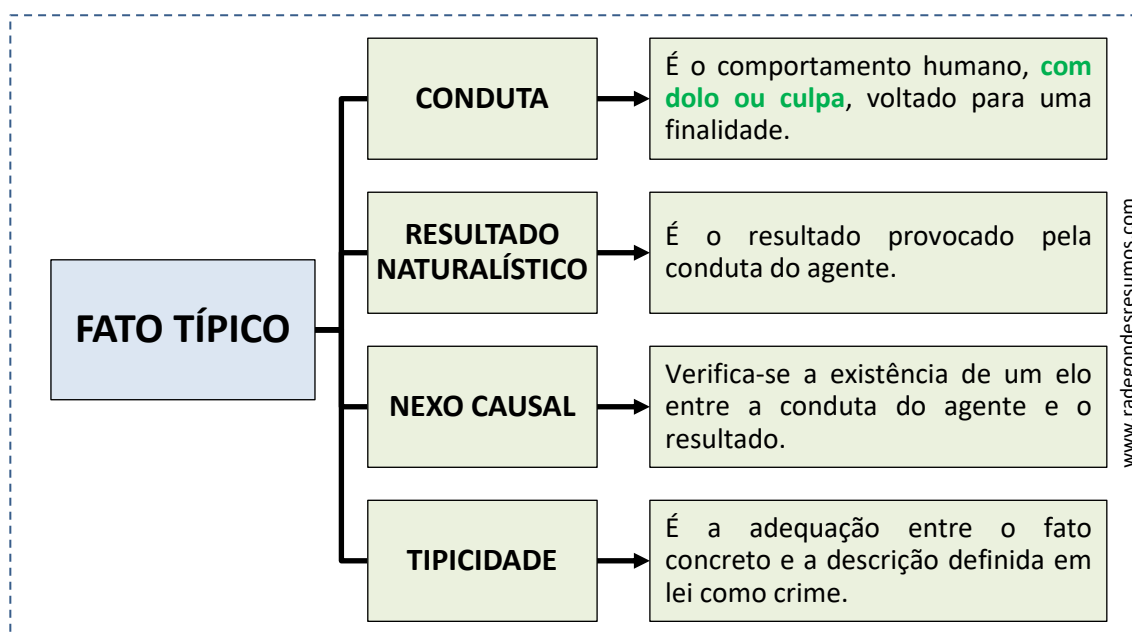
DIREITO CIVIL

O art. 50 do Código Civil (CC) trata da Desconsideração da Personalidade Jurídica. Ele permite ao Juiz ignorar os efeitos da personificação da sociedade para incluir os sócios e administradores no polo passivo do processo. Veja:



DIREITO PENAL

Fato Típico é uma conduta humana voluntária produtora de um resultado que se enquadra formalmente e materialmente ao tipo penal (norma penal).



OBSERVAÇÕES

01

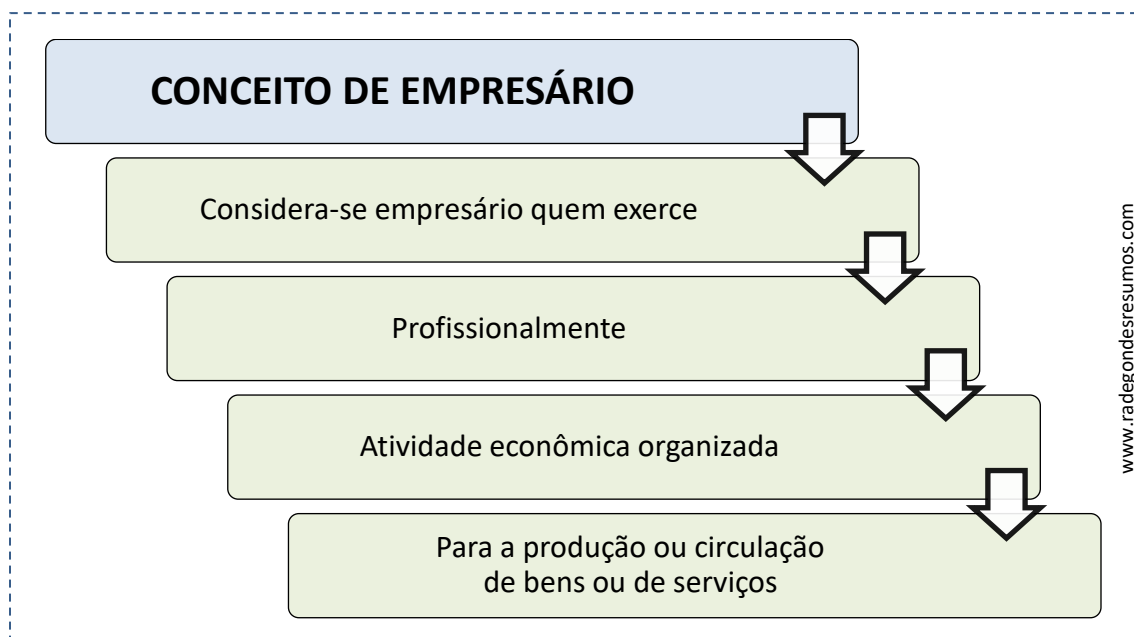
Alguns autores utilizam os termos Fato Típico e Tipicidade como sinônimos.

02

Fato Atípico é aquele que não se enquadra em nenhum dispositivo da lei penal.

DIREITO EMPRESARIAL

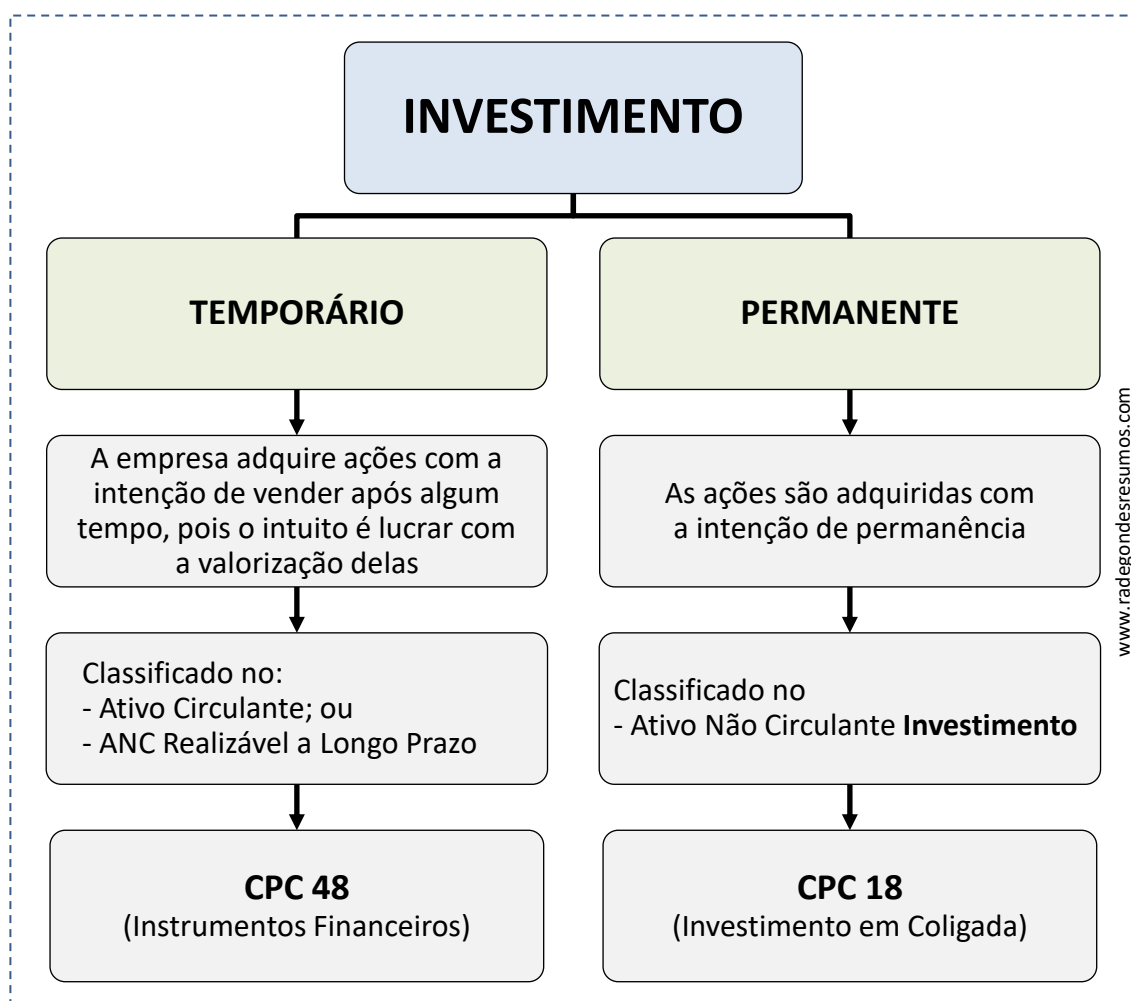
Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (*art. 966 do código civil*).



EXEMPLO: Um exemplo de empresário é uma pessoa que abre uma loja de roupas. Ele organiza sua atividade de forma profissional, estabelece um local físico para a venda dos produtos, contrata funcionários, adquire mercadorias para revender, realiza estratégias de marketing e estabelece preços com o intuito de obter lucro. Nesse caso, a pessoa exerce uma atividade econômica organizada para a circulação de bens, enquadrando-se, portanto, como um empresário.

CONTABILIDADE AVANÇADA

Os investimentos em participações societárias são aquisições de uma parte do capital de uma empresa, por meio da compra de ações ou quotas. Esses investimentos envolvem a tomada de participação acionária em uma empresa, com o objetivo de obter retorno financeiro por meio de dividendos, valorização das ações ou participação nos lucros da empresa investida. Essas participações societárias podem ser classificadas como: (1) Temporárias; ou (2) Permanentes.



CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Contabilidade de Custos é uma área da contabilidade que **se dedica ao registro, controle e análise dos custos de produção e operação de uma empresa.**

EXEMPLO: Um exemplo prático de Contabilidade de Custos pode ser encontrado em uma fábrica de móveis. Suponha que a empresa produza mesas. Os custos diretos, como madeira, metal e mão de obra dos marceneiros, são classificados como custos variáveis. Além disso, há custos fixos, como aluguel da fábrica e salários administrativos.

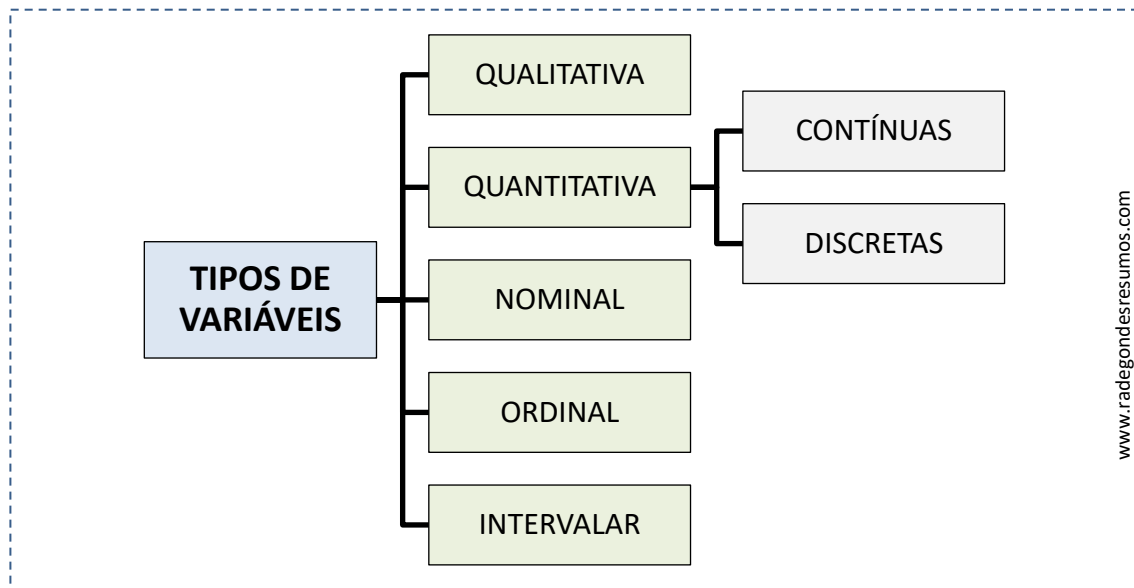


Por meio do levantamento desses custos, a empresa pode calcular o custo total de produção de uma mesa e, assim, definir o preço de venda adequado para garantir lucros. Se a análise mostrar que o custo de produção está muito elevado, a gestão pode optar por negociar melhores preços com fornecedores ou otimizar o processo produtivo.



ESTATÍSTICA

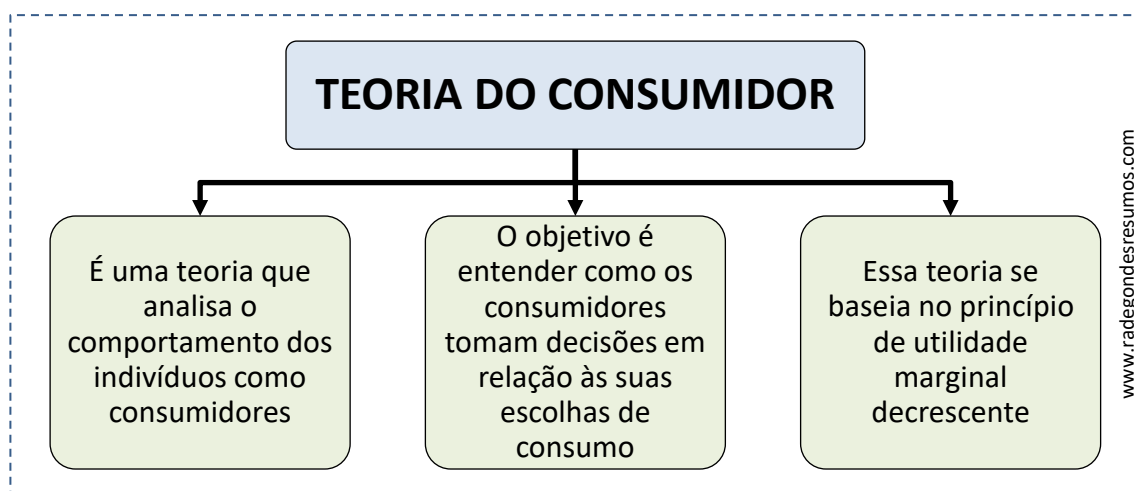
Uma variável é um atributo ou característica que pode ser medido ou observado em diferentes elementos de uma população (ex.: altura). Ela pode assumir diferentes valores ou categorias, e é usada para analisar e comparar dados em estudos estatísticos ou pesquisas.



EXEMPLO: Se estivermos estudando a altura de alunos de uma escola, a altura de cada aluno seria uma variável, pois varia de um aluno para outro e pode ser medida. Outros exemplos de variáveis são o salário de funcionários de uma empresa, a idade de indivíduos em uma pesquisa demográfica, o tipo de produto comprado por clientes, entre outros. Em resumo, as variáveis são fundamentais para a coleta e análise de dados em diversas áreas da ciência e pesquisa.

ECONOMIA

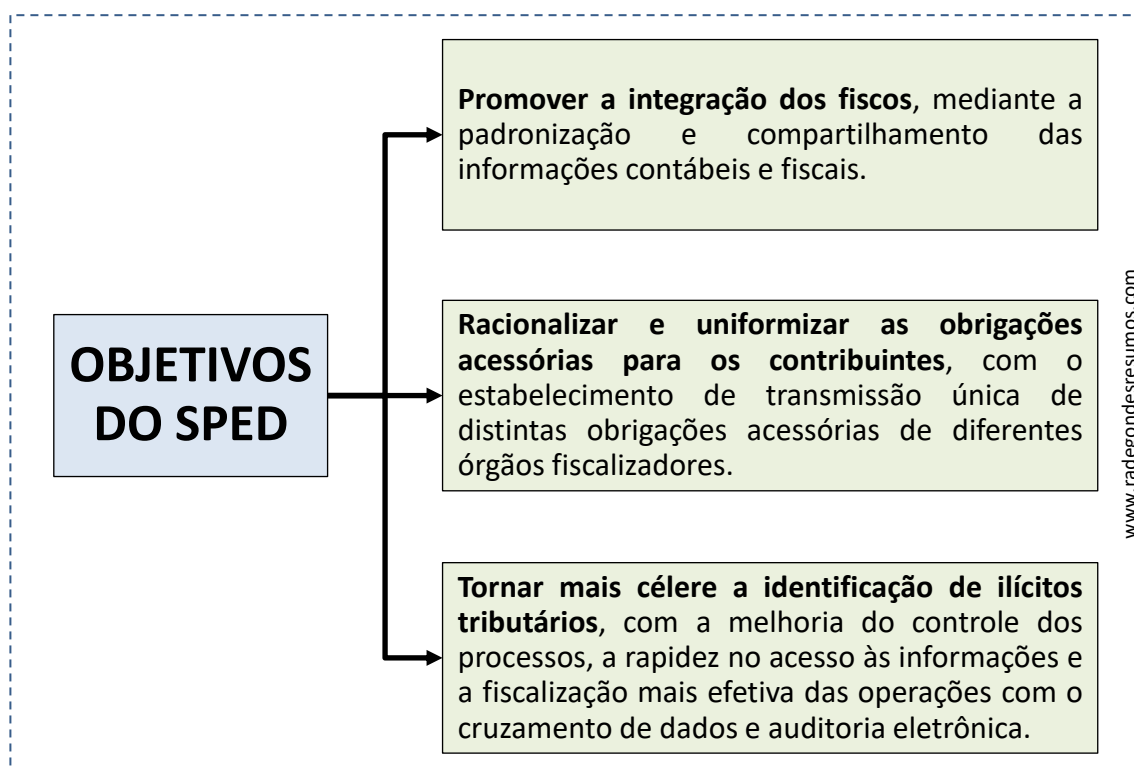
A Teoria do Consumidor é uma teoria econômica que analisa o comportamento dos indivíduos como consumidores, com o objetivo de entender como tomam decisões em relação às suas escolhas de consumo. Essa teoria se baseia no princípio de utilidade marginal decrescente, que afirma que a satisfação obtida com o consumo adicional de um bem diminui à medida que se consome mais dele.



EXEMPLO: Um exemplo simples da Teoria do Consumidor é quando um indivíduo decide comprar um novo carro. Nessa situação, ele precisa levar em consideração vários fatores, como preço do carro, seu próprio orçamento, preferências pessoais, características do veículo (como tamanho, consumo de combustível, segurança) e possivelmente até fatores externos, como promoções ou condições de financiamento disponíveis.

AUDITORIA FISCAL

A auditoria fiscal é o processo que verifica a conformidade das empresas com a legislação tributária. O aprimoramento das tecnologias levou a um movimento nacional integrando as Secretarias de Fazenda dos Estados e a Secretaria da Receita Federal do Brasil que culminaram em diversos acordos para formalizar a transição dos arquivos físicos para os arquivos digitais, formando o chamado Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), incluindo diversos módulos.



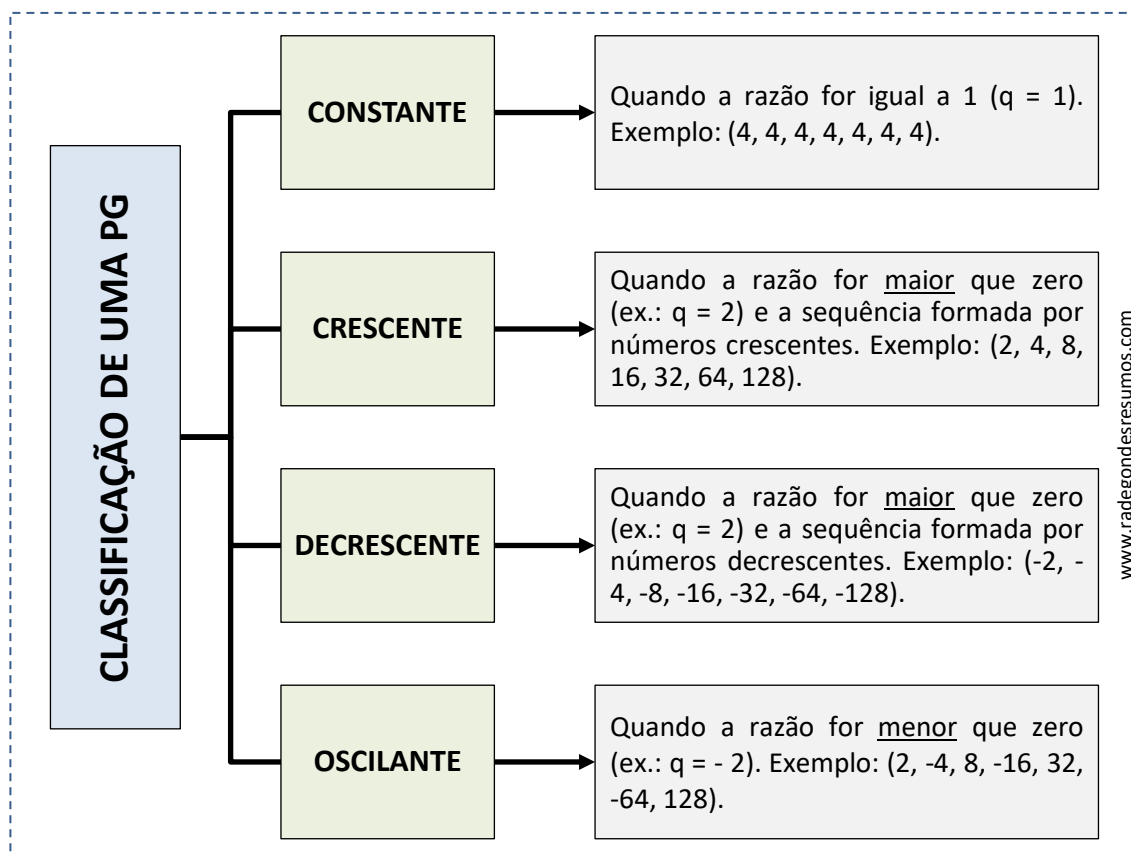
Os diferentes componentes (ou partes) do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) são chamados de Módulos. Os módulos incluem diferentes tipos de documentos fiscais (ex.: Nota Fiscal Eletrônica, Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, entre outros).

MATEMÁTICA

Progressão Geométrica (PG) corresponde a uma sequência numérica cujo quociente (q) ou razão (r) entre um número e outro é sempre igual. Ou seja, também podemos dizer que a razão é a divisão entre dois termos consecutivos.

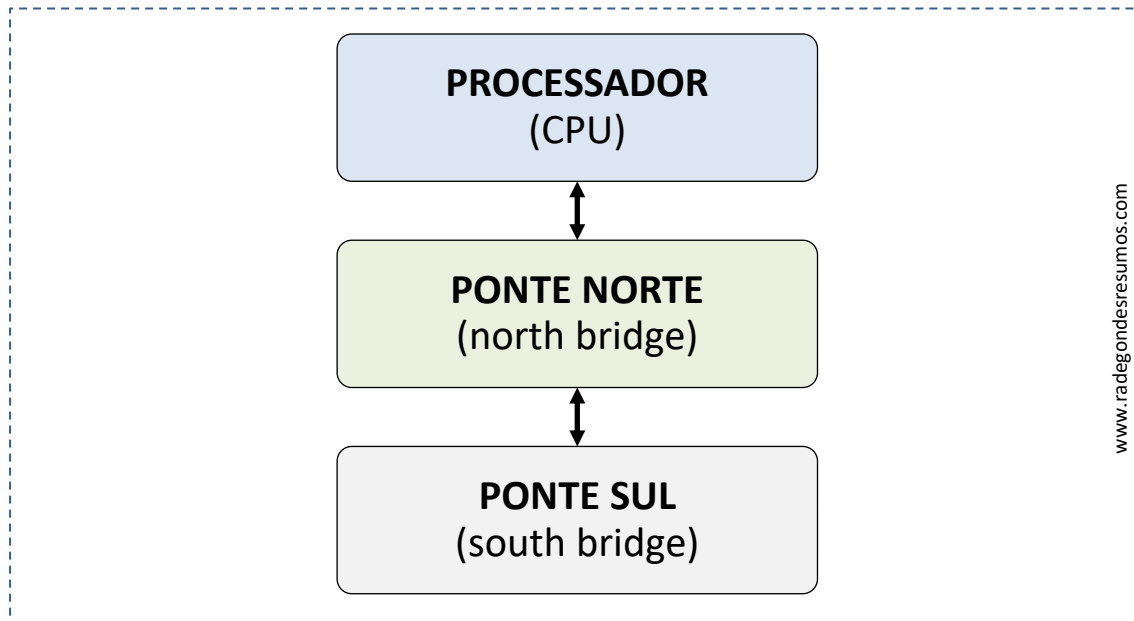
EXEMPLO: Na PG de sequência (2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256), a razão (q) é 2. Nesse caso, a divisão entre dois termos consecutivos (razão) é igual a 2. Veja:

$$\begin{aligned} \Rightarrow q &= 4 \div 2 = 2 \\ \Rightarrow q &= 8 \div 4 = 2 \\ \Rightarrow q &= 16 \div 8 = 2 \\ \Rightarrow (...) \\ \Rightarrow q &= 256 \div 128 = 2 \end{aligned}$$



INFORMÁTICA

O processador se comunica com a south bridge (ponte sul) indiretamente, por meio da north bridge (ponte norte).

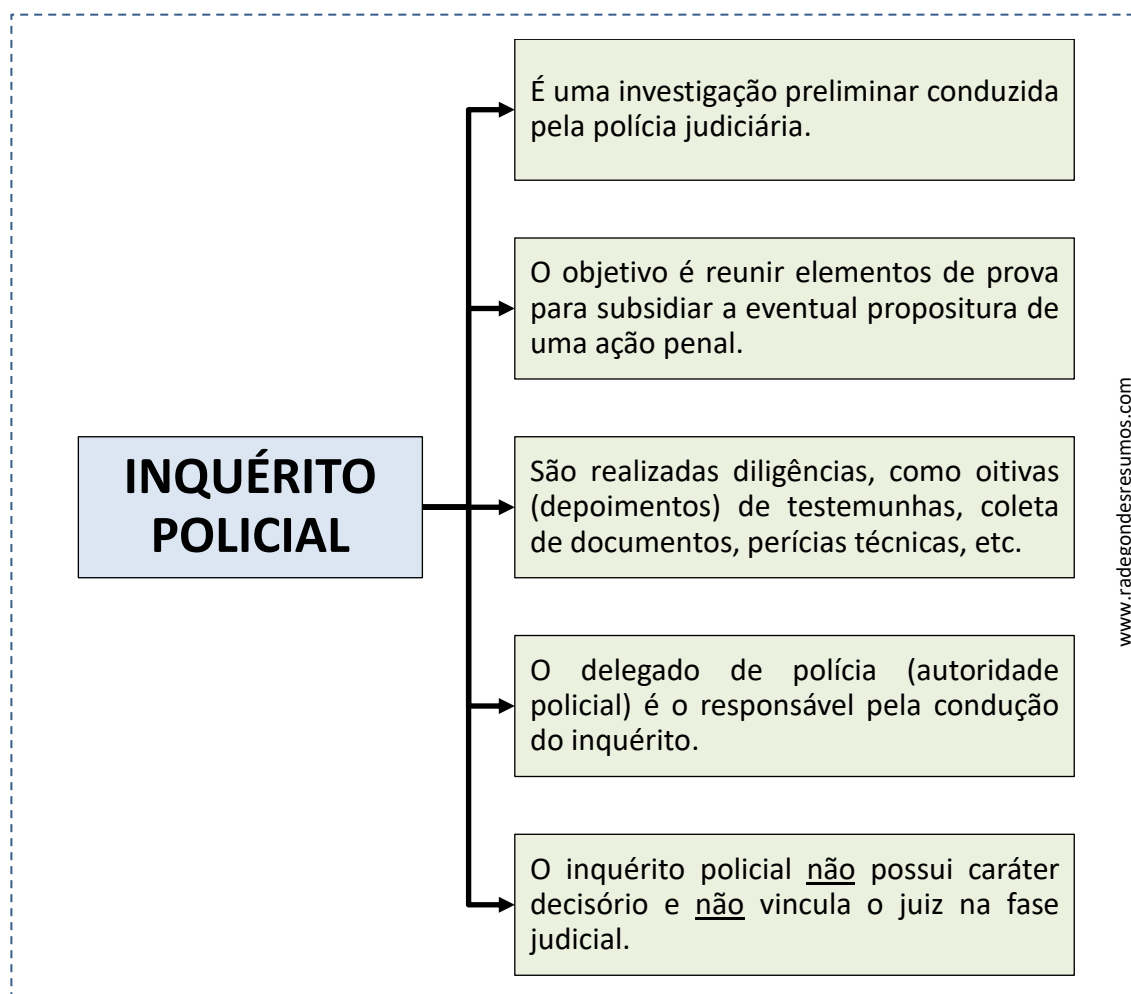


OBSERVAÇÕES

01	A CPU, também denominada processador, tem como função controlar a operação do computador.
02	Fazem parte da CPU: ✓ A unidade de controle; e ✓ A unidade aritmética e lógica.
03	Os processadores mais recentes possuem, entre outras funcionalidades, a capacidade de ajustar dinamicamente seu desempenho de acordo com a demanda exigida pelo processamento.

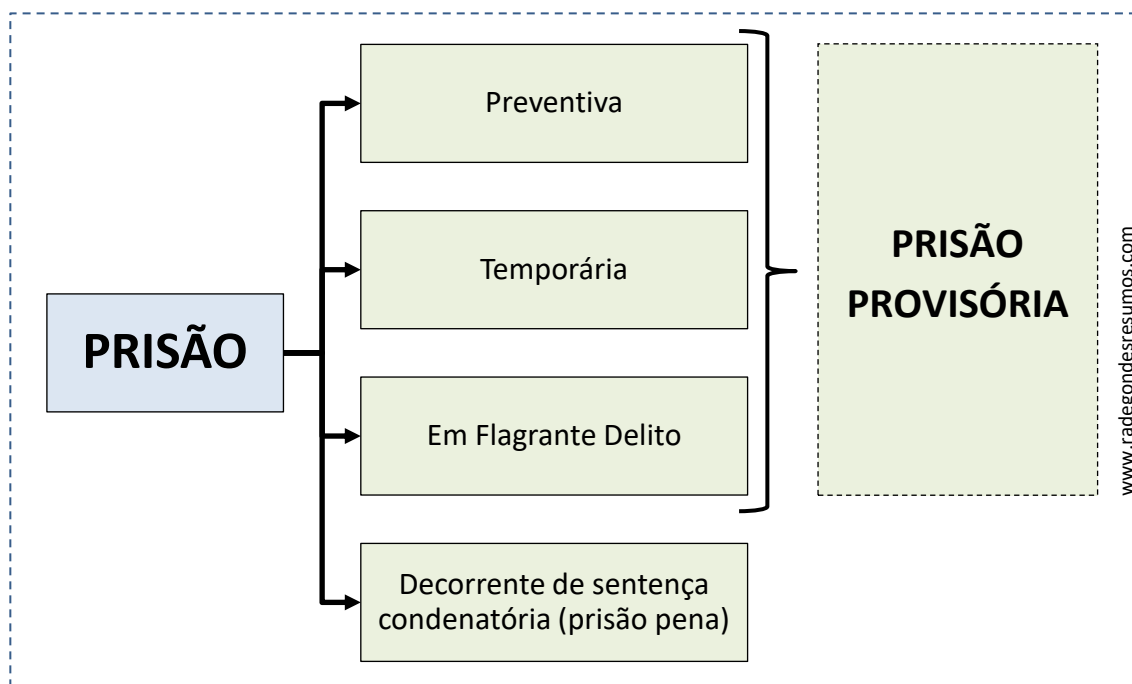
DIREITO PROCESSUAL PENAL

O inquérito policial (IP) é um procedimento administrativo (investigação preliminar) conduzido pela polícia judiciária (polícia civil ou polícia federal) com o objetivo de reunir elementos de prova para subsidiar a eventual propositura de uma ação penal. Essa fase investigatória é regida pelo Código de Processo Penal brasileiro (art. 4º a 23) e tem como finalidade apurar a autoria e materialidade de infrações penais.



LEIS PENAIS ESPECIAIS

A prisão temporária, regulamentada pela Lei nº 7.960/1989, é uma medida cautelar de natureza processual penal, aplicável em casos específicos e por tempo determinado.



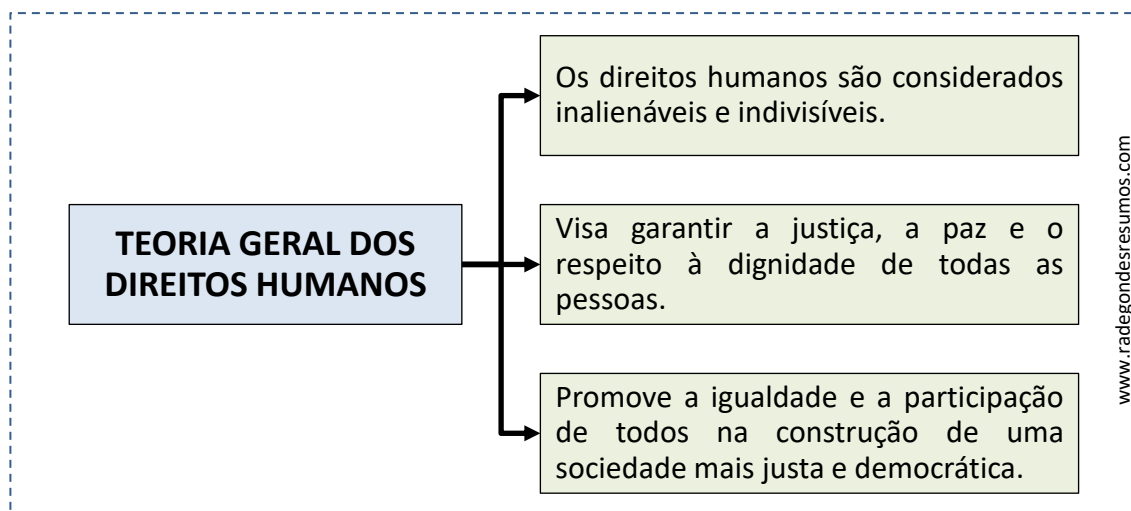
A prisão temporária e a prisão preventiva são duas medidas cautelares diferentes. Cada uma com seus próprios requisitos e finalidades.

A prisão temporária é uma medida cautelar de **curto prazo**, decretada durante o curso das investigações criminais, visando a garantir a eficácia das apurações. Seu foco principal é a investigação do crime, e não a garantia da ordem pública ou a instrução criminal em si.

Já a prisão preventiva é uma medida cautelar de **longo prazo**, decretada durante o processo penal ou mesmo antes do início deste, visando a garantir a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

DIREITOS HUMANOS

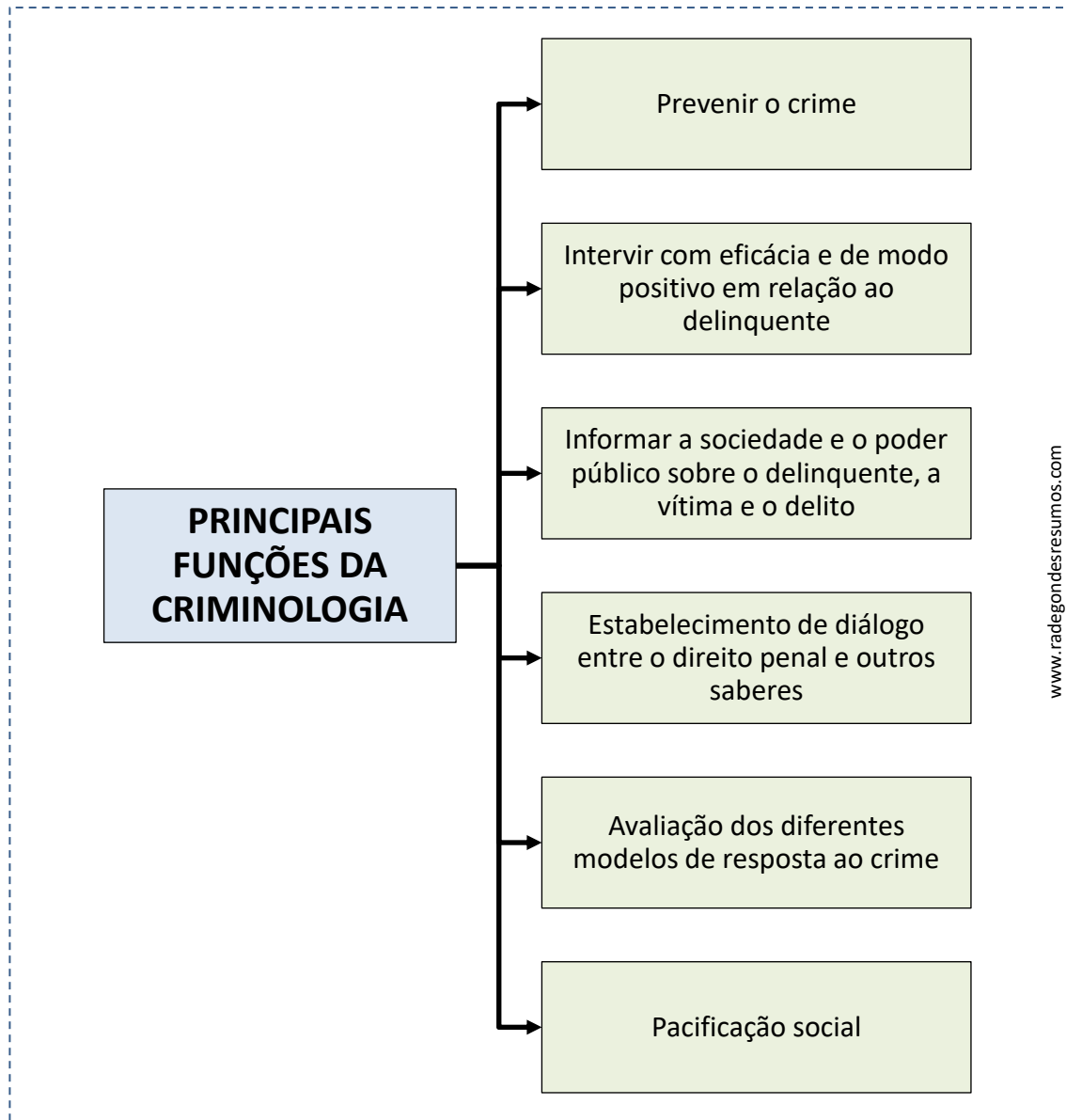
A Teoria Geral dos Direitos Humanos se baseia no reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais de todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade, raça, gênero, crença religiosa ou posição social.



EXEMPLO: A luta pela igualdade de gênero. Em muitos países, as mulheres ainda enfrentam discriminação e violações de direitos em diferentes esferas da sociedade, como no mercado de trabalho, na política e na educação. A Teoria dos Direitos Humanos defende que todas as pessoas, independentemente do seu gênero, devem ter os mesmos direitos e oportunidades, e que é dever do Estado e da sociedade garantir que esses direitos sejam respeitados e protegidos. Assim, a luta pela igualdade de gênero está em conformidade com os princípios da Teoria Geral dos Direitos Humanos.

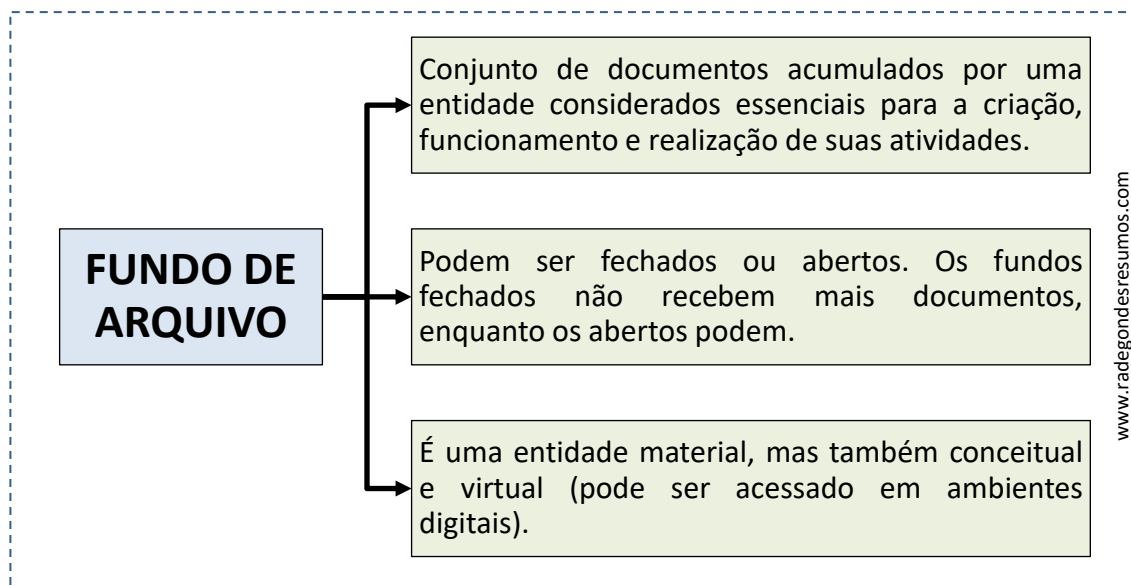
CRIMINOLOGIA

A Criminologia, por ser uma ciência prática e interdisciplinar, possui diversas funções. Abaixo, esquematizamos as que mais aparecem em provas.



ARQUIVOLOGIA

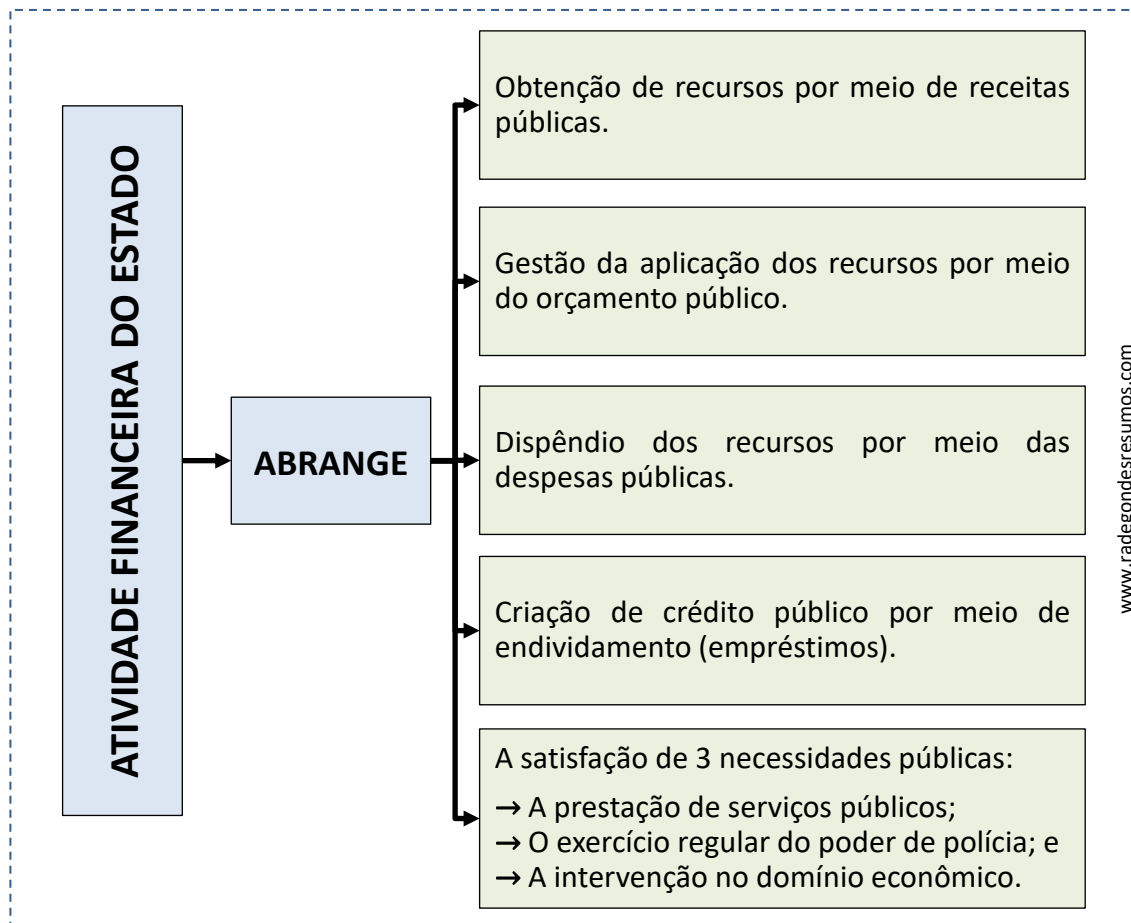
Fundo de arquivo é um conjunto de documentos acumulados por uma entidade, seja pública ou privada, considerados essenciais para a criação, funcionamento e realização de suas atividades.



EXEMPLO: Uma prefeitura possui um conjunto de documentos que inclui atas de reuniões, registros de licitações, contratos assinados, relatórios de atividades anuais, leis municipais, entre outros. Esses documentos foram produzidos ao longo dos anos e estão relacionados às funções administrativas, legislativas e de gestão da cidade. Eles formam um fundo de arquivo que serve como fonte de informações para consultas futuras, fiscalização, pesquisa histórica ou comprovação de atos administrativos.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A atividade financeira do Estado refere-se ao conjunto de ações realizadas pelo governo para poder captar, gerir e aplicar os recursos financeiros necessários para o cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.



EXEMPLO: A elaboração do orçamento público é um exemplo de atividade financeira do Estado. O orçamento público estabelece as receitas e os gastos para um determinado período, geralmente um ano. Com isso, o Estado define:

- ✓ As fontes de recursos (impostos, taxas, contribuições);
- ✓ As áreas prioritárias de investimento;
- ✓ Os programas e projetos a serem implementados, entre outros.

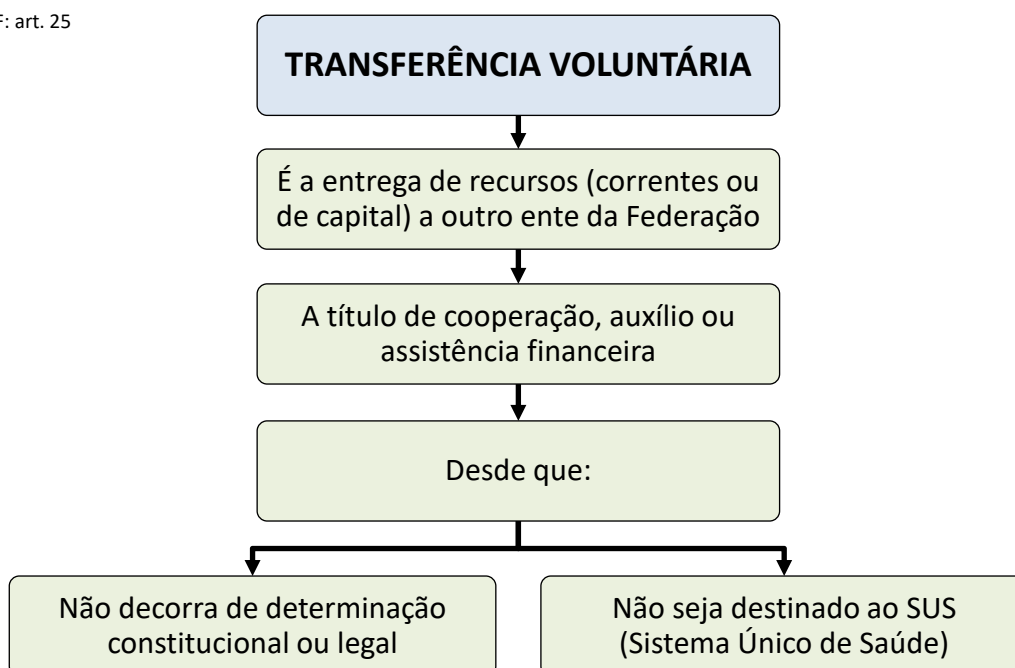
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

O art. 25 da LRF apresenta o conceito de transferência voluntária, um tema bastante cobrado em concursos, especialmente pelas bancas FGV, CEBRASPE e FCC. Veja:

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

LRF: art. 25



OUTRAS DISCIPLINAS

Esta é apenas uma pequena demonstração do nosso trabalho. Além das disciplinas apresentadas nesta amostra, disponibilizamos dezenas de outras disciplinas, organizadas em diferentes combos para atender às principais áreas de concursos públicos.

O objetivo desta amostra não é apresentar todo o conteúdo disponível, mas permitir que você conheça nossa metodologia, a estrutura dos materiais, a didática empregada e o cuidado dedicado à elaboração de cada disciplina.

Se você busca um estudo mais direcionado, organizado e focado no que realmente é cobrado em provas, convidamos você a conhecer nossos materiais completos.

Estude certo. Estude de forma direcionada.